

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10ª Sessão Ordinária de 2022

(Publicada no DECNMP, Caderno Processual, de 21/06/2022, págs. 1/22)

Dia: 28/06/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I

- 1) Aprovação da Ata da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (05/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Acre
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Piauí
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (16/06/2020)

- 3) Proposição nº 1.00448/2018-14
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

- 4) Consulta nº 1.00838/2018-11
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL
Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 5) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 6) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2020-99 (Embargos de Declaração)
- Embargantes: Ministério Público do Estado da Paraíba; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
- Embargado: Ministério Público do Trabalho
- Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Denúncia anônima relativa à suposta prática de “assédio moral por sobrecarga de trabalho” em face de servidores estatutários do Poder Judiciário estadual. Alegação de invasão de atribuições por parte do Parquet laboral. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- Origem: Paraíba
- Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 7) Proposição nº 1.00415/2021-60
- Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual de 2021 (14/07/2021)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
- Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
- Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
- Origem: Rio Grande do Norte
- Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85

Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2021 (13/09/2021 e 14/09/2021)

10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46

Requerente: Estado da Bahia
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Bahia
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

11) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50

Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedidos de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 12) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos oficiais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Engels Augusto Muniz
- 13) Conflito de Atribuições nº 1.00051/2022-72
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071161-0. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa
- 14) Conflito de Atribuições nº 1.00053/2022-80
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071144-3. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 15) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)
- Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181
- Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 16) Reclamação Disciplinar nº 1.00946/2020-45 (Recurso Interno)
- Recorrente: Gamil Foppel El Hireche
Advogado: Yuri Rangel Sales Feliciano – OAB/BA n.º 61.926
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz
- 17) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
- Requerente: Cristiano Zanin Martins
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
- Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 18) Pedido de Providências nº 1.00965/2020-80
Requerente: Ademir Antonio Brunetto
Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT n.º 12.919
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Indeferimento de pedido de cópia de inquérito civil. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA n.º 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 20) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

- 21) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 22) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 23) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão

- 25) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 26) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 27) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal
- 28) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Jaime Romaquelli
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Mato Grosso

- 29) Proposição nº 1.00322/2020-19
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Regime de Plantão nos fins de semana, feriados, período noturno e em dias de ponto facultativo, no âmbito do CNMP.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal
- 30) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

- 31) Proposição nº 1.01065/2017-37
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2021 (22/06/2021)

33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77

Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba; Federação de Associações de Municípios da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Carlisson Djanylo da Fonseca – OAB/PB n.º 12.828
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação para não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Paraíba

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

34) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

35) Proposição nº 1.00540/2018-10

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao art. 1º da Resolução CNMP nº 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

36) Proposição nº 1.00952/2020-75

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Inclusão do §8º ao art. 23, da Resolução CNMP nº 156/2016. Política de Segurança Institucional. Lapso temporal.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

- 37) Proposição nº 1.00271/2021-42
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 38) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso
- 39) Consulta nº 1.01152/2021-06
Recorrente: Luciano Franca da Silveira Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de inscrição do membro do Ministério Público em algum conselho profissional que não seja a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Exercício profissional concomitante e privado, desde que haja compatibilidade de horário.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

40) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

41) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)

Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.

Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

42) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

43) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para officiar perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

45) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01185/2021-00

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Publicação de nome de membros e a descrição fática nas portarias de instauração de procedimentos administrativos disciplinares. Ausência de sigilo. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará

- 47) Proposição nº 1.01225/2021-60
Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Implementação de projetos de ressocialização do agressor contra a mulher e da capacitação de equipe técnica para aplicação do projeto pelo Ministério Público no âmbito das instituições públicas.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 48) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.01291/2021-68
Requerente: Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas
Advogado: Carlos Nicodemos Oliveira Silva – OAB/RJ n.º 75208
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Descumprimento de norma prevista na Resolução nº 23/2007. Determinação para o imediato encaminhamento do PA – OUT – 1.00.000.004076/2021-9 ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 49) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Maranhão

Incluído na Pauta da 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 50) Pedido de Providências nº 1.00272/2021-04
Requerente: Empresa Pedrosa Ltda
Advogado: Felipe Varela Caon – OAB/SP nº 407.087
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região – PE
Interessados: Chafic Krauss Daher; Leonardo Osório Mendonça; Lorena Pessoa Bravo Marostica
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco. Desrespeito à Lei Geral de Proteção de Dados. Inquérito Civil nº 003084.2020.06.000/8 e nº 003110.2020.06.000/9. Requisição de dados pessoais de funcionários e ex-funcionários da requerente. Ministério Público do Trabalho da 6ª Região. Pedido liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Pernambuco

- 51) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00471/2021-13
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Octavio Augusto da Silva Orzari – OAB/DF nº 32163; Vinicius Andre de Sousa – OAB/DF nº 60285; Pedro Machado de Almeida Castro – OAB/DF nº 26544; Bruno Henrique de Moura – OAB/DF nº 64376
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida. Utilização da rede social Twitter para proliferação de discurso de ódio, discriminação, xenofobia, expressões ofensivas em relação a Chefes de Estado, ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde e a colegas membros do Ministério Público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP 1.00304/2020-37. Portaria GAB-CSK/CNMP Nº 3/2021.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 52) Pedido de Providências nº 1.00037/2022-05
Requerente: Isabella Regina Serra Brito Mesquita
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Alegação de descumprimento de reserva de vagas a deficientes físicos, bem como aos requisitos de proporcionalidade e alternância na nomeação referente a concursos públicos realizados pelo Parquet estadual. Cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Goiás

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 53) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)
Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

- 54) Pedido de Providências nº 1.00128/2021-60
Requerentes: Associação dos Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – ASMIP e OUTROS
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regulamentação. Exercício do poder de polícia institucional no âmbito do Ministério Público brasileiro. Disposição de atribuições funcionais dos agentes e inspetores de polícia do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Paraná
- 56) Conflito de Atribuições nº 1.00467/2022-90
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público Federal
Interessado: 9ª Promotoria de Justiça Junto à Vara de Execução Penal
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimentos MPRJ nº 2022.00024451 e 2022.00024448. Atuação em processos de execução de Acordos de Não Persecução Penal – ANPP, homologados pelo juízo eleitoral. 204ª Promotoria Eleitoral. 9ª Promotoria de Justiça junto à Vara de Execução Penal.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 57) Proposição nº 1.00477/2022-35
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e às unidades do Ministério Público quanto à adoção de medidas que promovam a busca ativa escolar e a recomposição de aprendizagens, considerando os prejuízos advindos da pandemia da COVID-19, ao asseguramento do direito à educação de crianças e adolescentes, jovens e adultos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

- 58) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP n.º 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP n.º 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP n.º 434393
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 59) Consulta nº 1.00953/2021-19
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Cumprimento da Resolução n.º 73/2011 – CNMP. Exercício de magistério por membros do Ministério Público. Realização avulsa, remunerada e desvinculada de entidade de ensino e de projeto pedagógico, de treinamentos, cursos, palestras e instruções.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 60) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 61) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01355/2021-30 (Embargos de Declaração)
Embargante: Edmar Augusto Gomes
Embargados: Aliança Nacional LGBTI; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros; Caio Cesar Klein; Chimelly Louise de Resenes Marcon; Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero – GADVS; Luciene Angelica Mendes; Ludmila Reis Brito Lopes
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Revisão do arquivamento da Notícia de Fato n.º 618/2021-CGMP (SEI n.º 19.16.3830.0067091/2021-80), com tramitação perante a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação supostamente discriminatória contra a comunidade LGBTQIA+.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Minas Gerais

- 62) Pedido de Providências nº 1.00080/2022-52 (Recurso Interno)
Recorrente: Lídio Soares Maciel
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Notícia de Fato em face da Companhia de Engenharia de Trânsito – CET de Santos/SP. Arquivamento.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo
- 63) Consulta nº 1.00123/2022-81
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Exercício de magistério pelos membros do Parquet. Contratação pela figura de microempreendedor individual (MEI). Resolução n.º 73/2011 – CNMP.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio Grande do Norte
- 64) Proposição nº 1.00138/2022-02
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 65) Conflito de Atribuições nº 1.00188/2022-27
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.001645/2022-30. Apuração de irregularidades para início das aulas presenciais na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Suposto desacordo com o decreto estadual e contrato educacional firmado entre as partes. Pandemia COVID-19.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo

- 66) Reclamação Disciplinar nº 1.00228/2022-95 (Recurso Interno)
Recorrente: Clerines Claro da Rosa
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Santa Catarina
- 67) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00302/2022-00
Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados
Advogado: Edvaldo Nilo de Almeida – OAB/DF n.º 29502
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Diego Barroso Medeiros Pinheiro; Gleydson Antonio Pinheiro Alexandre; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal
Advogados: Bruna Regina da Silva Dada Esteves – OAB/DF n.º 42.981; Bruno Matias Lopes – OAB/DF n.º 31.490; Verena de Freitas Souza – OAB/DF n.º 32.753; Francimeire Hermosina de Brito – OAB/DF n.º 37576; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Charleston Tennessee dos Anjos Magalhães – OAB/DF n.º 38.900; Dayane Andrade Ricardo – OAB/DF n.º 30.444
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Concorrência pública realizada pelo Município de Beberibe/CE, para contratação de serviços técnicos especializados de assessoramento tributário, visando demandas judiciais relacionadas a repasse de royalties de petróleo e/ou gás natural. Recomendação Ministerial Conjunta MPC/MPE n.º 01/2022. Pedido de anulação do certame e atos dele decorrentes.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Ceará
- 68) Pedido de Providências nº 1.00350/2022-25 (Recurso Interno)
Recorrente: Danilo Antônio Amaral
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Ibaté. Alegação de recusa em ser ouvido por representante ministerial.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo
- 69) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34
Requerente: Rainor Ido da Silva
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC n.º 038522
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

- 70) Avocação nº 1.00469/2022-06
Requerente: Sindicato dos Delegados de Polícia Civil de Carreira do Estado do Piauí – SINDEPOL
Advogado: Hilton Ulisses Fialho Rocha Junior – OAB/PI nº 5.967
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de avocação. Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2021. Portaria Nº 05/2021/CGMP/PI. Apuração de suposta prática de abuso de autoridade.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Piauí
- 71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00475/2022-28
Requerente: Andre Luis Alves de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desconstituição de ato administrativo. Decisão negativa em relação à possibilidade de não aplicação de multa. Junta Recursal do Consumidor. Resolução PGJ nº 11/2011. Determinação para manutenção do arquivamento promovido pelo requerente.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
- 72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00507/2022-59
Requerente: Helio Rubens Pinho Pereira
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará
Interessado: Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Processo Administrativo Disciplinar nº 020/2021-CGMP/PA. Alegação de intimação irregular de testemunhas. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Pará
- 73) Proposição nº 1.00535/2022-85
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do § 1º, do art. 149, do RICNMP.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal
- 74) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05
Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais

75) Conflito de Atribuições nº 1.00551/2022-50

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.29.023.000115/2021-03. Promotoria de Justiça de Torres/RS. Procuradoria da República em Capão da Canoa. Apuração de possível ilícito ambiental decorrente do funcionamento de atividade potencialmente poluidora e do lançamento de efluentes em rede pluvial em desacordo com a legislação ambiental, em Torres/RS.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Sul

Processos desta Sessão (28/06/2022)

76) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia

77) Reclamação Disciplinar nº 1.00746/2021-64 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Movimento Independente Mães de Maio
Advogados: João Paulo de Godoy – OAB/SP nº 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP nº 101.663; Raissa Carla Belintani de Souza – OAB/SP nº 404.214
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo

78) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00874/2021-26

Requerente: Luiz Eduardo Martins Jacob Filho
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Revisão da Sindicância Administrativa GEDOC nº 23.14.0024.0000006/2021-59, que tramitou na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Mato Grosso

- 79) Reclamação Disciplinar nº 1.01334/2021-97 (Recurso Interno)
Recorrente: Ronaldo Bernardo
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: São Paulo
- 80) Correição nº 1.01360/2021-06
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada no Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos Municípios de Florianópolis, Palhoça, Itajaí, Joinville e São José. Temática: unidades com atribuição na área de segurança pública (crimes violentos letais intencionais, sistema prisional e controle externo da atividade policial).
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 81) Pedido de Providências nº 1.01475/2021-64 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fabiane Ruperti Lontra
Advogado: Henrique Osvaldo Poeta Roenick – OAB/RS n.º 73028
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Alegação de irregularidades em atuação de Promotora de Justiça, referente à investigação em face de Defensora Pública atuante junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre II (CASE POA II).
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Rio Grande do Sul
- 82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18
Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Ceará

- 83) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00085/2022-20
Requerente: Jose Carlos Guillem Blat
Advogado: Vinicius Guerbali – OAB/SP n.º 362467
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento Administrativo Disciplinar Sumário nº 15/2019, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
- 84) Proposição nº 1.00169/2022-91
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito à responsabilidade por vícios construtivos em imóvel objeto do programa “Minha Casa, Minha Vida”, quando a Caixa Econômica Federal atuar somente como agente financeiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 85) Proposição nº 1.00326/2022-13
Requerentes: Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro a observância dos tratados, convenções, protocolos internacionais de direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando oportuno e conveniente.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 86) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00362/2022-87
Requerente: Francisco Ismael Capibaribe de Sousa
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Revisão de processo disciplinar. Sindicância n.º 10.2020.00000135-0. Suspensão dos efeitos da Portaria n.º 1212/2021/SEGE. Pedido liminar.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Ceará

- 87) Conflito de Atribuições nº 1.00380/2022-69
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Procuradoria da República – Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.25.000.003281/2017-84. Notícia de Fato Eletrônica nº 0010.22.000171-2. Apuração de crime de assédio moral cometido por diretores da empresa Araucária Nitrogenados, sociedade anônima subsidiária integral da PETROBRAS.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná
- 88) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00441/2022-70
Requerente: Alessandro Batista Ranieri
Requerido: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Interessado: Felipe de Moura Palha e Silva
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Alegação de inércia de representante ministerial, referente a supostas irregularidades praticadas por Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Pará (COREN/PA). Inquérito Civil nº 1.23.000.000996/2020-55.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará
- 89) Conflito de Atribuições nº 1.00442/2022-23
Requerente: Procuradoria da República – Rondônia
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Rondônia. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.31.003.000054/2022-37. Apuração de suposta prática de crime de falsidade ideológica por parte das empresas COMÉRCIO DE MADEIRAS NUNES & DESALEV LTDA – ME, J.M PORTAS & PORTAIS LTDA – ME e COMÉRCIO DE MADEIRAS FOX LTDA – ME. 1ª Promotoria de Justiça de Espigão do Oeste-RO. Procuradoria da República no Município de Vilhena/RO.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rondônia
- 90) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00490/2022-49 (Recurso Interno)
Recorrente: Gleyson da Silva Franca
Recorrido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 61º Concurso para Ingresso na Carreira. Provimento de cargos de Promotor de Justiça. Anulação das provas discursivas. Reconhecimento de flagrante ilegalidade perpetrada pela comissão do concurso e pela banca examinadora. Pedido liminar.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Goiás

- 91) Conflito de Atribuições nº 1.00530/2022-07
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.043.000176/2022-45. Apuração de eventuais irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Osasco consistentes nas contratações de empresas do Grupo Eicon sem a realização do devido procedimento licitatório e com superfaturamento.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo
- 92) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00537/2022-92
Requerente: Donery dos Santos Amante
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Remoção de analistas jurídicos ministeriais. Ausência de justificativa legal. Vigência de concurso público para analista jurídico. Publicação de Resolução apenas após as remoções.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: São Paulo
- 93) Pedido de Providências nº 1.00539/2022-08
Requerente: Juliana da Silva Brasil
Requerido: Procuradoria da República – Amazonas
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Promoção de arquivamento. Inquéritos n.º IPL 2020.0118651-SR/PF/AM e n.º IPL 2021.0073282-SR/PF/AM. Apuração de suposto pagamento de propina a policiais federais e hackeamento de números telefônicos. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Amazonas
- 94) Conflito de Atribuições nº 1.00546/2022-83
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório n.º 1.33.008.000246/2021-48. Apuração de danos ambientais provocados pela implantação de empreendimento imobiliário, em área localizada no bairro Santa Luzia, Município de Tijucas/SC, supostamente em Terreno de Marinha e em Reserva Legal.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina

- 95) Pedido de Providências nº 1.00552/2022-03
Requerente: Karina Motta dos Santos
Advogado: Wagner Dias Ferreira – OAB/MG n.º 62846
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Regularização de ato administrativo. Indeferimento de Recurso. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Notícia de Fato nº 0027.21.001.617-9. Manifestação nº 471643022021-7. Apuração de irregularidades ocorridas no Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Minas Gerais
- 96) Reclamação Disciplinar nº 1.00553/2022-67 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Acre.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 97) Conflito de Atribuições nº 1.00554/2022-10
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: Promotoria de Justiça Criminal do Tatuapé; Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Angra dos Reis
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Ofício GPGJ nº 0612. Processo nº 0001616-30.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232078). Processo nº 0001617-15.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232079). Processo nº 0001620-67.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232080). Processo nº 0001635-36.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232081). Apuração de possíveis crimes de estelionato contra vítima residente em Taubaté/SP. Promotoria de Justiça Criminal do Tatuapé/SP. Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Angra dos Reis/RJ.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Rio de Janeiro
- 98) Conflito de Atribuições nº 1.00577/2022-70
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.003.000087/2022-68. Promotoria de Justiça de Luiz Eduardo Magalhães/BA. Procuradoria da República em Barreiras/BA. Solicitação de fornecimento dos medicamentos NESINA PIO e ROSUVASTATINA.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia

99) Conflito de Atribuições nº 1.00579/2022-88

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.011.000056/2022-36. Apuração de possível irregularidade no aumento do valor da tarifa de pedágio pela concessionária ECO 135 Concessionária de Rodovias S/A, administradora das rodovias BR 135, MG 231 e LMG 754. Município de Curvelo/MG.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Minas Gerais

100) Conflito de Atribuições nº 1.00580/2022-30

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Nº MP: 66.0695.0000610/2019-1. Processo SEI nº 29.0001.0009760.2021-28. Apuração de suposta ilegalidade do contrato nº 03/2014, firmado pela Fundação Leão XIII. Adesão à ata de registro de preços nº 01/2013, realizada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio de Janeiro

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público